

ISABEL CANCELA DE ABREU

# “É importante reforçarmos a componente lusófona da cooperação”

A Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER) quer atrair mais financiamento e investimento para os países lusófonos e potenciar oportunidades de negócio e cooperação na área da energia. Cada vez há mais países a definir metas e planos de acção para as renováveis, pelo que há muitas oportunidades, garante a directora-executiva e mentora do projecto, Isabel Cancela de Abreu.

**A ALER tem como missão promover as energias renováveis no território da lusofonia. Que oportunidades de negócio e de cooperação oferece o espaço lusófono neste domínio?**

É um espaço que existe já de cooperação tradicional em várias áreas – na área da energia, apenas recentemente, com a primeira reunião de ministros da Energia da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa] e a conferência [da CPLP dedicada à energia]. Efectivamente, verificava-se um grande potencial e um casamento perfeito entre oferta e procura. Temos países, como Portugal e Brasil, já bastante desenvolvidos no domínio das energias renováveis, com muitas empresas específicas do sector, com muito conhecimento e desenvolvimento na área. E não podemos esquecer-nos de todo o desenvolvimento regulatório que os governos foram fazendo ao longo do tempo. Desse lado, temos uma oferta disponível, e do lado dos restantes países, nomeadamente dos PALOP [países africanos de língua oficial portuguesa], temos uma procura grande. A maior parte da população ainda não tem acesso à electricidade – logo aí há um grande mercado a explorar – e depois também vemos que os crescimentos demográficos são muito relevantes e, conseqüentemente, isso vai implicar um aumento da procura de energia. É necessário soluções para conseguir responder a esse aumento da procura.

**Em muitos desses países, o conhecimento sobre os recursos existentes ainda é limitado. Que esforços estão a ser feitos para mudar isso?**

Alguns países já desenvolveram mapas de energias renováveis – nomeadamente Moçambique e Cabo Verde – portanto, aí, os recursos já estão identificados, não só em termos de potencial, mas também de zonas que sejam mais propícias ao desenvolvimento para cada uma das tecnologias. Noutros países, isso não existe e realmente é uma falha que seria necessário colmatar em breve. Obviamente, existem dados globais, nomeadamente de irradiação, mas é necessário haver sempre medições locais. Por exemplo, há países onde ainda há dúvidas de qual seria o potencial. Vou dar o exemplo de São Tomé e Príncipe, onde se diz que o potencial eólico não é muito grande, mas não há medições concretas que consubstanciem [isso]. E temos a questão de ser



“Existe financiamento se houver bons projectos”, confia Isabel Cancela de Abreu

um clima tropical e ter a gravana [período de seca que ocorre entre Junho e Agosto]; durante uma altura do ano, o céu está muito encoberto, portanto, as pessoas dizem que o solar não dá. Mas o solar fotovoltaico aproveita a radiação difusa, não apenas a radiação directa, logo ninguém pode efectivamente dizer se sim ou se não [é viável], porque não há estudos.

**Nos mercados identificados como prioritários pela ALER [Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste] já existem estratégias para incorporação de energias renováveis?**

Isso também varia muito de país para país e é outro dos pontos críticos. Nesse aspecto, o mais desenvolvido é Cabo Verde, que tem uma meta de 100 por cento de energias renováveis, 50 por cento até 2020. Pondo de parte a questão se é ou não possível termos um sistema 100 por cento fornecido através de renováveis, isso denota uma ambição. O que quem está no terreno, muitas vezes, também sente é que, depois, essa ambição muitas vezes não é consubstanciada em acções concretas. Moçambique também tem uma estratégia de energias renováveis. Muitas vezes, [os países] têm metas, mas não são vinculativas. Portanto, o facto de existirem planos nacionais de energias renováveis seria realmente muito importante. Cabo Verde e Guiné-Bissau têm uma situação mais favorável porque estão incluídos na região da CEDEAO [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental] – região essa que instituiu o CEREEC – Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO, que tem dado muito apoio aos

países dessa área no desenvolvimento de políticas de energias renováveis. Têm um projecto de desenvolvimento de planos nacionais de acção de energias renováveis e de eficiência energética; portanto, ambos os países têm esses documentos. O de Cabo Verde foi publicado a semana passada [em Junho] e o de Cabo Verde também será em breve. Essa concretização em planos não existe nos outros países e é importante. Há também uma iniciativa das Nações Unidas, Sustainable Energy for All, e os países que fazem o *opt-in* comprometem-se com os seus objectivos. Depois, a ideia é que eles próprios elaborem uma agenda de desenvolvimento sustentável. É importante que estes passos sejam dados e que haja uma coordenação entre eles.

**Sendo a CPLP um espaço tradicional de cooperação e a energia uma área estratégica, por que razão só agora está a arrancar um esforço mais concertado nesta área?**

Já existe alguma cooperação. Eu diria que essa cooperação está a ser mais bilateral, e agora que nós, a ALER, com o apoio da CPLP, estamos a promover que essa cooperação seja mais transversal e seja no seio da CPLP, seja mesmo uma cooperação lusófona. Acho que é importante reforçarmos a componente lusófona da cooperação. Um país como Moçambique tem muita cooperação bilateral. Em Cabo Verde, quem mais tem investido nesta área são os espanhóis e luxemburgueses. Em Moçambique existe muita cooperação norueguesa, alemã. Estas necessidades existem e, se não forem os [países] lusófonos a apoiar, este apoio virá doutro sítio. Eu acho que é bom reforçarmos o

interesse em que essa cooperação seja também muito forte no seio dos países lusófonos, porque existe essa possibilidade, esse conhecimento e essas mais-valias e necessidades de colaboração.

**Existem incentivos de apoio às renováveis em alguns destes países?**

Não tem havido ainda uma política definida de apoio às renováveis. No entanto, é de destacar que, em Outubro do ano passado, foi publicada legislação em Moçambique para a elaboração de tarifas *feed-in* para projectos de renováveis até 10 MW. A legislação entrou já em vigor e necessita agora de regulamentação para que possa começar a ser executada. Agora, importa é que essa regulação seja efectiva, não basta existirem as tarifas. Isso é um trabalho que a ALER também gostaria de fazer, com os governos que são nossos associados, de garantir não só que existe legislação, mas que essa legislação é adequada às condições e vai permitir um investimento do sector privado. No caso de Moçambique verifica-se que para algumas tecnologias, o valor é muito elevado e, às vezes, o valor ser demasiado elevado não é bom, mesmo para o sector privado, que vai beneficiar. Por exemplo, em Espanha, as tarifas de solar foram tão altas que criaram aquela bolha. Mais vale ter uma tarifa mais baixa e garantir que ela vai ser paga até ao final do período do que ter uma tarifa altíssima e depois, passados três anos, ela é insustentável e as coisas vão ter de ser mudadas. Nos outros países, tanto quanto eu tenha conhecimento, ainda não existem tarifas *feed-in*, como também os procedimentos de atribuição de potência, de concessões, não são claros, são muito baseados na iniciativa privada. Ou seja, uma empresa vai falar com a tutela e diz que tem um projecto e gostava de avançar. Seria muito melhor que as coisas fossem mais claras e transparentes, que houvesse processos com *timings* pré-definidos, com condições pré-definidas, para que haja concorrência entre as várias empresas.

**E o financiamento é uma barreira?**

Sem dúvida. É uma barreira nos países lusófonos como no mundo inteiro. Os projectos de energias renováveis são de capital intensivo e, portanto, é necessário haver financiamento. Neste momento, ele provém maioritariamente de coope-

ração bilateral e multilateral: do Banco Mundial, o KfW do governo alemão, o Banco Africano para o Desenvolvimento, que têm vindo a investir nestes países e nestas áreas. Mesmo assim, é necessário a alguns projectos garantir as condições de “bancabilidade”, garantir que o Estado ou a *utility* como *off-taker*, que vão comprar a electricidade produzida e vão pagar uma determinada tarifa, têm condições para fazer esse pagamento. Uma coisa a que estamos a assistir é que estão a ser criados fundos para dar garantia aos promotores que, caso o Estado não pague, o fundo vai pagar durante um determinado tempo. O grande problema é esse: a credibilidade dos governos. Existe financiamento se houver bons projectos.

#### **E uma intenção clara por parte dos governos de investir...**

Não chega só a intenção. Por exemplo, um dos problemas muito grandes que temos é o das tarifas subsidiadas, porque a partir do momento em que temos tarifas subsidiadas, a população está habituada a não pagar o custo verdadeiro da produção eléctrica. E temos *utilities* que são deficitárias. Muitas vezes fazem-se subsídios cruzados e vem financiamento do sector petrolífero para apoiar o sector eléctrico, o que não devia ser feito, porque as coisas deviam ser transparentes e isso devia repercutir-se nos custos para as pessoas terem noção do que existe. Nessa perspectiva, as renováveis já são competitivas, mas seriam ainda mais competitivas. Se a tarifa é muito baixa, depois, quando vamos pagar o verdadeiro custo das renováveis através de uma tarifa subsidiada, a diferença é enorme. Mas não devia ser tão grande porque a tarifa de base não devia ser tão baixa. Outro desafio é tentar mudar o paradigma de ser tudo investimento público, e começar a ser investimento privado.

#### **E já se verificam tendências de diversificação das fontes de financiamento?**

Estou a falar a longo prazo. Primeiro é necessário garantir que os projectos sejam implementados. Por exemplo, em Moçambique já foi [feita] a identificação de projectos hídricos muito significativos que não estão a avançar. É necessário que avancem e, depois, as coisas vão evoluindo. Não é uma coisa que seja feita de hoje para amanhã. E enquanto esse financiamento estiver disponível, é para ser aproveitado. Agora, não vai durar para sempre a questão dos *loans* e dos *grants*. É necessário ter como objectivo um sistema sustentável com vista ao investimento privado. Por exemplo, a maioria das *utilities* tem o monopólio da distribuição e do retalho de energia, e convinha haver a possibilidade de os privados gerirem uma minirrede e serem eles os comercializadores da energia. Mas, para um privado investir, imaginando que ele tem acesso a financiamento para o investimento inicial, pelo menos os custos de gestão e manutenção do sistema têm de ser cobertos. As pessoas têm de começar a pagar esses custos. E muitos estudos dizem que as pessoas até têm essa disponibilidade, porque se formos a ver o dinheiro que gastam em querosene para iluminação, em biomassa e o tempo que demora a ir buscar e recolher... Com os benefícios todos que teriam, se fôssemos contabilizar, realmente as pessoas até teriam dinheiro para pagar. Tem é de haver essa sensibilização.

#### **A energia descentralizada em áreas rurais é uma tendência nos países lusófonos?**

Não é uma tendência, é uma necessidade. Quando falamos em electrificação rural, há duas maneiras de o fazer: ou vai a rede eléctrica aos sítios, ou então fazemos sistemas individuais não ligados à rede. Os custos da rede são muito superiores para

determinadas localizações – que são muitas nestes países – de áreas com muita extensão. Não estamos só a falar de distância a determinada aldeia, mas também do número de consumidores nessa aldeia. Se são 30 casas, justifica-se? Se calhar, não se justifica. Se calhar vamos fazer uma minirrede – os custos são mais baixos – e depois, eventualmente, preparar a minirrede para quando a rede nacional lá chegar, poder ser ligada.

#### **“É necessário ter como objectivo um sistema sustentável com vista ao investimento privado”**

#### **É um negócio atractivo para os privados?**

Eu diria que ainda não estão garantidas as condições para que isso aconteça, mas é a tendência do mercado e é aquela que faz mais sentido.

#### **Há outras barreiras que subsistam nestes países, no plano legislativo e fiscal?**

Na ALER, dos sete países prioritários, temos três para 2015, que são Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Para esses três vamos desenvolver relatórios com o ponto de situação das energias renováveis, que vão terminar com uma listagem de barreiras e recomendações. Uma das barreiras já identificadas é a questão fiscal e alfandegária. Por exemplo, nas ilhas de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, a maioria dos produtos são importados, as taxas alfandegárias são muito altas e isso dificulta muito. Depois há a questão dos técnicos qualificados, da educação e formação.

#### **Mas isso também pode representar uma oportunidade, nomeadamente para países como Portugal ou Brasil.**

Mas não só. Em Cabo Verde foi recentemente inaugurado o CERMI – Centro de

Energias Renováveis e Manutenção Industrial, cujo objectivo é a formação nestas áreas. Já existem competências dentro da CPLP, diversificadas de Portugal e do Brasil, para formar técnicos nestas áreas. Isso tem de ser promovido. Temos de garantir que existem competências locais para fazer a manutenção dos projectos.

#### **E a nível de tecnologias, existem tendências em termos de procura?**

Tem a ver com os recursos que estão disponíveis. Um recurso que está disponível em todos os países lusófonos e em abundância é o solar. Essa é uma tecnologia que pode ser explorada não só em soluções de grande escala (centrais solares) como em sistemas isolados. Outro recurso que não existe em todos, infelizmente – Cabo Verde não tem essa sorte – é a parte hídrica. E sabemos que, em termos de custo marginal, é o mais barato, portanto justifica-se esse investimento. Países como Angola e Moçambique têm um potencial enorme na energia hídrica. E estamos a falar de grandes hídricas, mas também de pequenas hídricas, que é um recurso muito importante em São Tomé e Príncipe e na Guiné-Bissau também poderá vir a ser. Depois, temos a eólica. Por exemplo, temos Cabo Verde com dos melhores recursos a nível mundial, mas outros países não têm essa sorte. A biomassa para produção de electricidade nunca terá uma dimensão tão grande. Depois há pessoas que falam de energia das ondas e dos oceanos, mas não faz sentido nenhum. Tal como o solar inicialmente teve de ser investido por países como a Alemanha, a energia das ondas está numa fase inicial e, portanto, têm de ser países com maiores capacidades financeiras e económicas ou interesse na evolução da investigação e desenvolvimento a fazê-lo, não vai ser nos países lusófonos.

Joana Filipe

## **ALER prepara guias sobre Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe**

Durante este ano, a Associação Lusófona de Energias Renováveis (ALER) irá publicar relatórios sobre toda a cadeia de valor do sector de energias renováveis em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Além disso, serão identificadas barreiras ao investimento e tecidas recomendações para um plano de acção. Este trabalho será complementado por um directório de contactos. Posteriormente serão organizados eventos em cada um destes países para apresentação e discussão dos relatórios. “O nosso trabalho vai ser garantir que aquelas recomendações vão ser implementadas”, concretiza Isabel Cancela de Abreu.

Entretanto, no final do mês de Junho realizou-se a primeira reunião de ministros da Energia da CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa (ver artigo da página 14) e uma conferência – também organizada pela CPLP – dedicada ao tema da energia. “É a primeira vez que os ministros da Energia da CPLP se reúnem. E

é a primeira vez que a CPLP organiza uma conferência, e escolheram o tema da energia”, destaca, desde logo, a directora-executiva da ALER, que foi parceira da iniciativa. No evento, a associação participou no lançamento da década Sustainable Energy for All, no sentido de promover a adesão dos países lusófonos à iniciativa das Nações Unidas.

No evento, foi ainda apresentado um dos mais recentes projectos da ALER: uma base de dados *online*, de acesso universal e gratuito, com publicações sobre energias renováveis. O objectivo é concentrar um conjunto de informação dispersa, mas também dar acesso e visibilidade “a relatórios que estão nas gavetas”.

A associação pretende, de resto, estabelecer uma “ligação muito próxima” com a academia, através da divulgação de teses de mestrado e doutoramento e da atribuição de bolsas de estudo para potenciar a mobilidade entre países da CPLP.

Já disponíveis estão três serviços específicos que visam “poupar trabalho e recursos” aos associados: monitorização de notícias sobre energias renováveis no espaço lusófono; de legislação directa ou indirectamente relacionada com o sector; e de oportunidades de investimento e financiamento.

A associação visa ainda representar o sector em processos de cooperação internacional, nomeadamente através da participação em eventos e da articulação com entidades internacionais. “Há muitas oportunidades e muito financiamento disponível. É preciso é ir lá buscá-lo”, diz a responsável.

A ALER foi constituída em Dezembro de 2014, tendo em vista “criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do sector privado das energias renováveis e promover as oportunidades de negócio nesse sector”, contando com 15 membros fundadores. Em seis meses, aumentou para 25 o número de associados e a expectativa é que este número continue a crescer.